

7.2 — Especiais — de entre os assistentes administrativos com, pelo menos, três anos na categoria e classificação de serviço não inferior a Bom, nos termos do artigo 8.º, n.º 1, alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire, entregue pessoalmente na Secção Administrativa, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, endereçado à Câmara Municipal de Castro Daire, Rua Dr. Pio Figueiredo, n.º 42, 3600-214 Castro Daire, dele devendo constar:

a) Identificação completa do candidato (nome completo, estado civil, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número, data do Bilhete de Identidade e serviço de identificação que o emitiu, morada e identificação do código postal, número de telefone e número de identificação fiscal);

b) Habilitações literárias e profissionais.

c) Concurso a que se candidata, com indicação do número e data do *Diário da República* onde o aviso de abertura se encontra publicado.

d) Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública.

8.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados, sob pena exclusão, de documento autêntico ou autenticado comprovativo das habilitações literárias e documento comprovativo da sua qualidade de funcionário da Administração Pública e da classificação de serviço. Os funcionários desta autarquia estão dispensados da apresentação dos referidos documentos, desde que os mesmos constem do seu processo individual.

9 — Métodos de selecção: prova escrita de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

9.1 — A prova escrita de conhecimentos terá a duração de 50 minutos, valorada de 0 a 20 valores e versará sobre a seguinte legislação:

- Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951, na sua actual redacção (RGEU);

- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção;

- Decreto-Lei n.º 380/99, de 29 de Setembro, na sua actual redacção;

- Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março, na sua actual redacção;

- Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção actual;

- Código do Procedimento Administrativo;

- Constituição da República Portuguesa;

- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 16 de Janeiro.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção e da avaliação curricular, constam de acta de reunião do júri do concurso, a qual será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9.3 — A classificação final, graduada de 0 a 20 valores, resultará da média aritmética simples da nota obtida em cada uma das provas utilizadas como métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação final inferior a 9,5 valores.

10 — Relação de candidatos e lista de classificação final — a relação dos candidatos admitidos será afixada no placard do átrio do edifício dos Paços do Município, ou publicadas no *Diário da República*, 3.ª série, bem como a lista de classificação final conforme as situações previstas nos artigos 33.º e 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Julho.

11 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. Paulo Martins de Almeida, Vereador a Tempo Inyeiro da Câmara Municipal.

Vogais efectivos: Eng.º Jorge Rocha, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Ordenamento do Território, que substituirá o presidente nas suas faltas e ou impedimentos e José Manuel Ferreira da Silva, Chefe da Secção de Apoio Administrativo.

Vogais suplentes: Leonel Marques Ferreira, Chefe da divisão Administrativa e Dr. José Manuel Santos Ferreira, Vereador a tempo inteiro.

12 — Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi publicitado o aviso referente ao presente concurso no Sistema Integrado de Gestão e Apoio à Mobilidade Especial — sigAME para selecção de pessoal em situação de mobilidade especial, com o código P20082927, no período de 26 de Maio 2008 a 6 de Junho de 2008, não tendo havido candidatas.

16 de Junho de 2008. — A Presidente da Câmara, *Maria Eulália Silva Teixeira*.

300439022

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Aviso n.º 18595/2008

Contrato de trabalho a termo certo para admissão de um Técnico Superior de 2.ª classe — Jurista

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho de 13 de Junho de 2008, decidi contratar a termo certo e por urgente conveniência de serviço, pelo período de um ano, Maria Cristina Teixeira Ramos, para exercer funções de Técnico Superior de 2.ª classe — Jurista, com início de funções em 16 de Junho de 2008, de acordo com o estipulado no Decreto Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e de acordo com o estabelecido pela alínea *h*) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

16 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira da Mota e Silva*.

300446078

CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES

Aviso n.º 18596/2008

Discussão pública

Prof. José Manuel Pereira Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Cinfães:

Torna Público que, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *v*) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-a/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo, se procede, em execução das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 33 com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto de Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, à discussão Pública de alteração da licença de Operação de loteamento, titulada pelo Alvará n.º 1/89, emitida em nome de João Cardoso Pinto Resende, respeitante ao terreno denominado “Ferreiros”, Santa Eulália — Cinfães, descrito na Conservatória do registo Predial de Cinfães, sob o n.º 20657, livro B-52, fls. 189, com a actualização feita sob o n.º 307/190488.

Mais se torna público que a referida alteração requerida por Anselmo da Conceição Alves, para os lotes 4 e 5 diz respeito à execução de uma cave, com uma área bruta de construção máxima igual à área de implantação actualmente prevista para o lote em causa.

Os interessados deverão remeter por escrito, no prazo de 15 dias, após a publicação deste aviso no *Diário da República*, as sugestões ao Presidente da Câmara Municipal de Cinfães.

2 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Pereira Pinto*.

300445373

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Aviso n.º 18597/2008

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 16 de Junho de 2008 e no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, reclassifiquei os seguintes funcionários:

Rui Pedro Sousa Mendes, auxiliar de serviços gerais, do grupo de pessoal auxiliar, para a categoria de operário — electricista, do grupo de pessoal operário qualificado, sendo posicionado no escalão 1 índice 142.

O funcionário reclassificado deverá aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

17 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*.

300443015